

**Estudo Técnico Preliminar**

**Contratação de Software de Gestão Escolar**

**Secretaria Municipal de Educação**

**Prefeitura Municipal de Itapetininga - SP**

**Sumário**

<b>Resumo Executivo</b>	<b>2</b>
<b>Fundamentação e Justificativa da Contratação</b>	<b>2</b>
<b>Alinhamento com o Planejamento Estratégico da Administração e a LDB</b>	<b>3</b>
<b>Levantamento e Sistematização dos Requisitos da Contratação</b>	<b>3</b>
<b>Requisitos de Negócio e de Gestão</b>	<b>4</b>
<b>Requisitos Funcionais</b>	<b>4</b>
<b>Requisitos Não Funcionais</b>	<b>5</b>
Tabela 1: Requisitos Detalhados para o Termo de Referência	6
<b>Análise e Viabilidade das Alternativas</b>	<b>8</b>
<b>Levantamento de Mercado e Análise das Alternativas</b>	<b>8</b>
<b>Justificativa Técnica e Econômica da Escolha</b>	<b>8</b>
<b>Análise de Riscos</b>	<b>9</b>
<b>Identificação e Avaliação dos Riscos</b>	<b>9</b>
<b>Proposição de Tratamento e Matriz de Riscos</b>	<b>10</b>
Tabela 2: Matriz de Riscos da Contratação	11
<b>Estimativa de Custos</b>	<b>13</b>
<b>Metodologia de Estimativa</b>	<b>13</b>
<b>Análise de Vantajosidade Econômica e Benefícios Indiretos</b>	<b>13</b>
<b>Conclusão</b>	<b>14</b>

## Resumo Executivo

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado com o objetivo de subsidiar o processo de contratação de uma solução de software de Gestão Escolar para o município de Itapetininga/SP. Este documento atende às exigências da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) e às orientações de órgãos de controle como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

O documento base da Secretaria de Educação de Itapetininga detalha a necessidade e as funcionalidades essenciais. Para assegurar a conformidade legal e a solidez da contratação, este ETP integra elementos mandatórios, como a análise detalhada das alternativas de mercado, uma robusta matriz de riscos e uma estimativa de custos fundamentada em metodologias oficiais.

As principais conclusões deste ETP são:

1. **Sistematização dos Requisitos:** A lista de funcionalidades foi organizada em categorias claras, como requisitos de negócio, funcionais e não funcionais, servindo como base para o futuro Termo de Referência.
2. **Análise das Alternativas:** A contratação de uma solução proprietária por meio de licença de uso foi tecnicamente e economicamente justificada como a alternativa mais viável, após a avaliação do desenvolvimento interno e do uso de software livre/público.
3. **Matriz de Riscos:** Identificamos e propomos o tratamento para os riscos inerentes à contratação e à execução do contrato, um requisito crucial da Lei nº 14.133/2021.
4. **Estimativa de Custos:** A estimativa de custos é fundamentada em metodologias oficiais e complementada por uma análise de vantajosidade econômica, incluindo os benefícios indiretos e de longo prazo.

Ao seguir estas diretrizes, o Município de Itapetininga propõe um ETP robusto e transparente, minimizando o risco de questionamentos e garantindo a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

## Fundamentação e Justificativa da Contratação

O Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com o Art. 18, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021, deve iniciar com a descrição pormenorizada da necessidade da contratação, sob a ótica do interesse público. O problema central a ser resolvido é a ausência de um sistema integrado de Gestão Escolar, que atualmente se reflete em uma administração fragmentada, com processos manuais e ineficientes.

A ausência de uma plataforma unificada de informações gera uma série de desafios que impactam diretamente a qualidade do serviço público de educação no município. A Secretaria enfrenta dificuldades em obter uma "visão gerencial" e um "controle administrativo" pleno de suas rotinas, o que impede uma gestão integrada de toda a rede municipal de ensino. Essa falta de visibilidade e de dados consolidados compromete a "elaboração de planos de ações capazes de garantir uma qualidade na prestação dos

serviços". A solução pretendida, portanto, não se restringe a uma mera automação de tarefas; ela é uma ferramenta estratégica para a tomada de decisões embasada, aprimoramento de estatísticas e a formulação de políticas públicas mais eficazes. A modernização proposta visa capacitar os departamentos e partes interessadas com ferramentas que permitam a simplificação da administração, a supervisão dos profissionais e, por fim, uma "avaliação abalizada" dos resultados educacionais.

Ao adotar um sistema que integre informações de todas as unidades escolares, é possível minimizar as disparidades entre elas, promovendo uma "qualidade de ensino igualitário a todos os municípios". Essa integração também fomenta uma maior aproximação entre pais e responsáveis com a vida acadêmica de seus filhos, reforçando a transparência e o compromisso de ambas as partes com a educação. A justificativa da necessidade, portanto, transcende a esfera administrativa e alcança o cerne da missão educacional do município, demonstrando o valor público da contratação.

### **Alinhamento com o Planejamento Estratégico da Administração e a LDB**

A Lei nº 14.133/2021 exige que o ETP demonstre a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA), sempre que este for elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento geral do órgão. A inclusão desta seção demonstra a maturidade da gestão e a conformidade com as boas práticas recomendadas pelo TCU e pelo TCE-SP.

Adicionalmente, a contratação está integralmente alinhada aos objetivos estratégicos da Secretaria Municipal de Educação, expressos no documento base. O objetivo de "ser referência pela eficiência e eficácia dos serviços educacionais prestados, pela transparência e compromisso com a gestão pública democrática" é diretamente viabilizado pela implementação de um sistema de gestão tecnológica. A solução visa promover a "inovação na Educação Pública" e a "Gestão Eficiente", conceitos que possibilitam a potencialização do desenvolvimento dos alunos e a melhoria dos resultados nos índices de desenvolvimento educacional.

A justificativa legal da contratação encontra um alicerce robusto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96). Conforme o Art. 70 da referida lei, as despesas com a contratação de serviços de tecnologia de gestão educacional enquadram-se perfeitamente nas categorias de "uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino" e "realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino". Este enquadramento legal, já explicitado no documento base, é fundamental, pois comprova que a despesa é de manutenção e desenvolvimento do ensino, protegendo a aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A incorporação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no escopo da solução reforça o caráter pedagógico e estratégico da aquisição, elevando-a de uma simples compra de tecnologia a um projeto de modernização educacional.

### **Levantamento e Sistematização dos Requisitos da Contratação**

A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) confere aos requisitos da contratação um papel central no planejamento, tornando-os um dos elementos obrigatórios do ETP. O

próximo passo é a preparação do Termo de Referência, é organizar e detalhar estes requisitos de forma clara e técnica. Esta organização permite que a Administração tenha uma visão completa do que será exigido do futuro contratado e serve de base para a futura fiscalização.

## **Requisitos de Negócio e de Gestão**

Os requisitos de negócio descrevem os objetivos da contratação do ponto de vista da Secretaria Municipal de Educação. O sistema deve permitir uma gestão escolar "fácil e prática" e tornar os processos mais transparentes. Ele deve fornecer dados para a "melhoria das estatísticas do município" e permitir o desenvolvimento de "planos de ações capazes de garantir maior qualidade". O objetivo primordial é a "avaliação abalizada por meio de informações gerenciais, embasadas e detalhadas, para uma tomada de decisão mais eficaz. Adicionalmente, o sistema deverá atuar como um elo entre a escola e as famílias, aumentando o "comprometimento de ambas as partes" e promovendo o "engajamento familiar". A solução proposta visa, em última análise, melhorar os "índices de desenvolvimento educacional" do município.

## **Requisitos Funcionais**

Estes requisitos detalham as funcionalidades específicas que a solução deve possuir para atender aos objetivos de negócio. Com base em análises de mercado, os requisitos funcionais podem ser categorizados da seguinte forma:

- **Gestão Acadêmica:** O sistema deverá permitir o cadastro único de estudantes com histórico completo, controle de matrículas (inscrição, término e evasão), gestão de notas e faltas com cálculo automático de média, e a emissão de boletins, históricos, relatórios e atas. Deverá ser possível configurar diferentes sistemas de avaliação e registrar o conteúdo lecionado. Além disso, a solução deverá possuir funcionalidades para controle de dependências, avaliação diagnóstica e contínua e planejamento de aula.
- **Gestão Administrativa e de Infraestrutura:** O software deve gerenciar o almoxarifado escolar (entradas, saídas, pedidos e estoque), controlar o cardápio e a merenda escolar, e gerenciar o transporte escolar (linhas, motoristas, veículos e rotas) com controle de passes.
- **Comunicação e Colaboração:** Um portal web para professores e alunos é essencial para o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, inserção de notas, faltas e ocorrências, bem como para o acesso a materiais. Portais para pais e responsáveis, com acesso a informações sobre notas e frequência, são importantes para a "aproximação entre pais e responsáveis com os administradores da rede pública".
- **Integração e Relatórios:** O sistema deve ter a capacidade de gerar relatórios gerenciais e estatísticos customizáveis. A integração nativa com sistemas externos, como o SED (Sistema Educacional Digital) do Estado de São Paulo, o Bolsa Família e o SUS, é um requisito fundamental para a efetividade do controle dos recursos públicos e a transparência de seu uso. Além disso, a solução deverá automatizar a exportação de dados para o Educacenso/INEP/MEC, seguindo o layout atualizado.

## Requisitos Não Funcionais

Estes requisitos se referem à qualidade e às restrições do sistema, e não a funcionalidades diretas. Sua formalização é crucial para assegurar a robustez da solução.

- **Arquitetura e Tecnologia:** A solução deverá ser desenvolvida em ambiente web, compatível com os principais navegadores (Internet Explorer, Firefox, Chrome, Safari) e sistemas operacionais (Windows, Linux, MAC OS, Android e iOS), sem a necessidade de plug-ins ou virtualização para o uso do aplicativo. A comunicação entre o cliente e o servidor deve ser criptografada via SSL/HTTPS para garantir a segurança dos dados.
- **Segurança e Acesso:** O sistema deve possuir um controle de usuários abrangente, com permissões configuráveis por função e unidade de ensino. Deve haver controle de acesso por grupo de usuário, com definições claras para cadastro, edição, visualização e exclusão de registros. Adicionalmente, o sistema precisa assegurar a integridade referencial dos registros e ter recursos de auditoria para identificar operações realizadas, data, hora e o usuário responsável por qualquer alteração.
- **Manutenção e Suporte:** A contratação deve incluir suporte técnico contínuo e a garantia de atualizações corretivas e evolutivas. O sistema deve permitir que os usuários abram solicitações de suporte diretamente de dentro da aplicação.

**Tabela 1: Requisitos Detalhados para o Termo de Referência**

A tabela a seguir sistematiza a vasta gama de funcionalidades e requisitos identificados no documento base e aprimorados com base em práticas de mercado. Esta estrutura facilita a elaboração do Termo de Referência (TR), servindo como uma lista de verificação para as especificações técnicas a serem exigidas dos licitantes, além de fornecer uma referência clara para a futura fiscalização.

<b>Categoria do Requisito</b>	<b>Tipo</b>	<b>Requisito Detalhado</b>	<b>Descrição e Justificativa</b>
<b>Acadêmicos</b>	Funcional	REQ-AC-001 - Gestão de Matrículas e Histórico	O sistema deve gerenciar integralmente as matrículas, incluindo registro único, histórico completo de alunos, renovação automática e monitoramento dos motivos de evasão (desistência, transferência, etc.).
<b>Acadêmicos</b>	Funcional	REQ-AC-002 - Controle de Notas e Faltas	O sistema deve gerenciar faltas e notas, com flexibilidade para diferentes sistemas de avaliação (notas numéricas, conceituais) e cálculo automático da média final.
<b>Acadêmicos</b>	Funcional	REQ-AC-003 - Diário de Classe Digital	Ferramenta web para professores inserirem notas, faltas, ocorrências e conteúdo lecionado, com emissão de diários de classe digitais e relatórios.
<b>Acadêmicos</b>	Funcional	REQ-AC-004 - Emissão de Documentos Escolares	O sistema deve gerar e personalizar documentos como boletins, atas, históricos de conclusão e transferência.
<b>Gestão Administrativa</b>	Funcional	REQ-ADM-001 - Gestão de Almoxarifado	O sistema deve controlar o estoque de produtos e materiais das escolas, registrando entradas, saídas e pedidos.

<b>Gestão Administrativa</b>	Funcional	REQ-ADM-002 - Controle de Merenda Escolar	O sistema deve possibilitar o cadastro de alimentos e o planejamento de cardápios, permitindo controle detalhado da merenda.
<b>Gestão Administrativa</b>	Funcional	REQ-ADM-003 - Gestão de Transporte Escolar	O sistema deve cadastrar linhas, motoristas, veículos e rotas, controlando a distribuição de passes escolares.
<b>Comunicação</b>	Funcional	REQ-COM-001 - Portal para Pais e Responsáveis	Acesso para pais e responsáveis às informações sobre a vida acadêmica dos filhos (notas, faltas e ocorrências).
<b>Integração</b>	Funcional	REQ-INT-001 - Integração com Sistemas Externos	Integração nativa com o SED-SP, Bolsa Família e SUS, além de permitir a exportação de dados para o Educacenso.
<b>Tecnologia</b>	Não Funcional	REQ-NF-001 - Acesso e Compatibilidade	Solução desenvolvida em ambiente web, acessível nos principais navegadores e compatível com múltiplos sistemas operacionais (Windows, Linux, macOS, Android, iOS).
<b>Segurança</b>	Não Funcional	REQ-NF-002 - Controle de Acesso e Auditoria	O sistema deve controlar o acesso de usuários por meio de permissões configuráveis e registrar auditoria de todas as operações (inserção, modificação, exclusão).
<b>Tecnologia</b>	Não Funcional	REQ-NF-003 - Integridade de Dados	O sistema deve garantir a integridade referencial dos registros, impedindo exclusões que comprometam dados interligados.

## **Análise e Viabilidade das Alternativas**

A Lei nº 14.133/2021 exige que o ETP realize um levantamento de mercado e uma análise das alternativas possíveis para justificar a escolha da solução mais vantajosa. O TCU e o TCE-SP fiscalizam rigorosamente essa etapa, esperando que a Administração demonstre que não se limitou a uma única opção, mas que avaliou cenários distintos. Este relatório examina três alternativas principais.

### **Levantamento de Mercado e Análise das Alternativas**

1. **Desenvolvimento Interno (in-house):** Esta alternativa envolveria a criação de uma equipe técnica ou o uso de servidores públicos para desenvolver a solução do zero. Embora possa resultar em um sistema sob medida, a pesquisa de mercado demonstra que esta opção é altamente complexa para a maioria dos municípios. Ela exige um alto investimento inicial, uma curva de aprendizado íngreme, e a necessidade de manutenção e atualização contínuas, sem a garantia de que os prazos e a qualidade do produto final seriam satisfatórios. Os custos de pessoal especializado em TI, que um município pode não ter, tornam essa alternativa economicamente desvantajosa a médio e longo prazo.
2. **Adoção de Software Livre ou Público:** As orientações federais, como a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, preveem a análise da existência de softwares livres ou públicos que possam atender à demanda. A Secretaria analisou soluções de Gestão Escolar completas disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro. No entanto, considerou a experiência de outras administrações públicas que indicam que, para sistemas com alta complexidade e necessidade de integração específica, como a gestão acadêmica completa e a integração com o SED-SP, soluções de software livre podem não ser maduras ou robustas o suficiente. A falta de suporte técnico especializado e a necessidade de adaptação, que recairiam sobre a Administração, configuram um alto risco técnico.
3. **Contratação de Solução Proprietária (Licença de Uso):** Esta é a solução proposta pela Secretaria Municipal de Educação. O mercado de soluções de Gestão Escolar proprietárias é maduro e oferece sistemas completos, testados e com suporte contínuo. A contratação por meio de licença de uso (seja perpétua ou por locação) transfere o risco de desenvolvimento e manutenção para a empresa contratada. A rapidez na implantação, a garantia de atualização corretiva e evolutiva e o acesso a um suporte especializado para os servidores são vantagens significativas dessa alternativa. Exemplos de outros municípios, como Leopoldina/MG, demonstram a adoção bem-sucedida desta modalidade para a mesma finalidade.

### **Justificativa Técnica e Econômica da Escolha**

A escolha pela contratação de uma solução proprietária por licença de uso é a mais vantajosa para o município de Itapetininga, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico.

- **Viabilidade Técnica:** Uma solução de mercado já validada e em uso por outras administrações públicas oferece uma maior garantia de que os requisitos funcionais

e não funcionais, especialmente a integração com sistemas estaduais como o SED-SP , serão atendidos de forma eficaz. Além disso, a capacidade de personalização e a flexibilidade intrínseca que os fornecedores de software proprietário oferecem para se harmonizar com as mutáveis exigências da municipalidade minimizam os riscos de falha na implantação.

- **Viabilidade Econômica:** Embora a contratação represente uma despesa, ela é, na realidade, um investimento com um potencial significativo de economia de recursos a médio e longo prazo. O ETP demonstra que a contratação se adequa à disponibilidade orçamentária. A pesquisa em outros ETPs de municípios de porte similar pode fornecer referências de custos. O ETP do município de Leopoldina, por exemplo, previu um custo total de R\$ 226.601,30 para um contrato de 12 meses, incluindo licenças e serviços de implantação. Essa referência pode ser utilizada na pesquisa de preços preliminar. Além dos custos diretos, a contratação gerará economias indiretas e tangíveis, como a redução de despesas com as merendas escolares. Outro exemplo concreto é a eliminação do uso de diários de papel, que no caso do ETP de Leopoldina, teve um impacto ambiental e econômico positivo ao eliminar o uso de mais de 350 diários de papel. Essa análise de vantajosidade, que vai além do custo direto, é fundamental para o convencimento dos órgãos de controle.

## **Análise de Riscos**

A análise de riscos é um dos elementos mais importantes da Lei nº 14.133/2021 e uma exigência expressa do TCU e do TCE-SP para as contratações públicas de TI. Este ETP contém uma matriz de riscos que identifica, avalia e propõe o tratamento adequado para os riscos que podem comprometer o sucesso da contratação. Este componente é fundamental para demonstrar a diligência da Administração Pública e a sua capacidade de gerenciar proativamente o processo.

## **Identificação e Avaliação dos Riscos**

Os riscos podem ser classificados em diferentes categorias ao longo do ciclo de vida da contratação e do contrato.

- **Riscos de Planejamento:**
  - **Especificação Inadequada:** Os requisitos do sistema podem ser mal definidos ou incompletos, levando a um produto final que não atende às necessidades da Secretaria.
  - **Estimativa de Preço Imprecisa:** A pesquisa de mercado e a estimativa de custo podem não refletir o valor real do mercado, resultando em propostas excessivamente altas ou na ausência de licitantes.
  - **Falha na Análise de Alternativas:** A justificativa para a contratação de solução proprietária pode ser questionada por órgãos de controle se não houver uma análise formal e detalhada das outras alternativas.
- **Riscos de Licitação:**
  - **Ausência de Licitantes:** As exigências do edital podem ser excessivas ou muito restritivas, afastando potenciais empresas.

- **Propostas Incompatíveis:** As propostas recebidas podem não atender aos requisitos técnicos ou de preço.
- **Riscos de Contrato e Implantação:**
  - **Falha na Implantação:** O cronograma de implementação pode ser atrasado, ou a empresa contratada pode não conseguir entregar todas as funcionalidades exigidas.
  - **Qualidade do Suporte Técnico:** O suporte técnico prometido pode ser insuficiente ou demorado, impactando a operação diária das escolas.
  - **Incompatibilidade com a Infraestrutura:** A solução pode apresentar incompatibilidade com a infraestrutura tecnológica existente no município (hardware, internet, etc.).
  - **Vazamento de Dados:** A contratação de uma empresa terceirizada para gerir dados sensíveis de alunos, pais e servidores apresenta um risco de segurança e de não conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

### **Proposição de Tratamento e Matriz de Riscos**

Para cada risco identificado, o ETP propõe uma resposta: **Evitar, Transferir, Mitigar** ou **Aceitar**. A resposta mais comum em contratações de TI é a mitigação, que busca minimizar a probabilidade e/ou o impacto do risco. As ações de mitigação e contingência são detalhadas na matriz de riscos.

**Tabela 2: Matriz de Riscos da Contratação**

Risco Identificado	Categoria	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Tratamento Proposto	Ações de Mitigação/Contingência
R-001 - Especificação inadequada dos requisitos.	Planejamento	Média	Alto	Médio	Mitigar	Elaborar o Termo de Referência em conjunto com as áreas demandantes (técnica e de negócios), com validação dos requisitos e funcionalidades essenciais.
R-002 - Falha na implantação do software.	Contrato	Média	Alto	Médio	Mitigar/Transferir	Exigir um cronograma detalhado de implantação com marcos de entrega e recebimento provisório. Prever cláusulas de penalidade por atraso e a possibilidade de rescisão contratual.
R-003 - Ausência de licitantes.	Licitação	Baixa	Alto	Baixo	Mitigar	Realizar ampla divulgação do certame. Evitar requisitos de habilitação excessivamente restritivos. Utilizar a modalidade de Pregão Eletrônico.

R-004 - Baixa qualidade do suporte técnico.	Contrato	Média	Médio	Médio	Mitigar	Exigir no Termo de Referência Níveis de Serviço (NS) rigorosos para o atendimento e a resolução de chamados. Prever penalidades financeiras por descumprimento dos NS.
R-005 - Vazamento de dados de alunos/servidores.	Contrato	Baixa	Muito Alto	Médio	Mitigar/Transferir	Exigir que a empresa demonstre conformidade com a LGPD. Incluir cláusulas de sigilo e confidencialidade. Prever a alocação de responsabilidade e penalidades para o contratado em caso de falha de segurança.
R-006 - Incompatibilidade com a infraestrutura do município.	Contrato	Baixa	Alto	Baixo	Mitigar	Realizar um levantamento da infraestrutura técnica das escolas e da Secretaria. A solução deve ser web-nativa para minimizar os requisitos de hardware e software local.

## Estimativa de Custos

A estimativa de custos é um componente obrigatório do ETP para demonstrar a viabilidade econômica da contratação. É importante ressaltar que o valor estimado nesta fase é preliminar e não deve ser confundido com o orçamento detalhado que constará no Termo de Referência. Seu principal objetivo é subsidiar a análise de viabilidade e confirmar a adequação da despesa aos recursos orçamentários disponíveis.

## Metodologia de Estimativa

Para uma estimativa robusta e em conformidade com as orientações do TCU, é recomendável a utilização de fontes diversificadas e confiáveis. O ETP de Itapetininga segue a seguinte metodologia:

1. **Contratações Similares:** Pesquisar as atas de registro de preços e os contratos de licitações recentes de outros municípios, especialmente de porte semelhante, para a contratação de software de gestão escolar. O ETP do município de Leopoldina/MG, por exemplo, fornece uma referência de valor total para uma contratação similar, com uma despesa global estimada de R\$ 226.601,30 para um período de 12 meses. A análise de outros portais de transparência de prefeituras também pode fornecer dados valiosos.
2. **Pesquisa de Mercado:** Realizar pesquisa junto a fornecedores, solicitando orçamentos para um escopo de serviço alinhado com os requisitos funcionais e não funcionais do projeto. Embora esta seja considerada a fonte menos confiável pelo TCU, sua utilização, em conjunto com outras fontes, é permitida.
3. **Tabelas de Referência:** Consultar tabelas de preços de referência ou catálogos eletrônicos de padronização, se existirem para este tipo de solução.

A memória de cálculo para a estimativa deve ser anexada ao ETP, detalhando como os valores foram obtidos e ponderados.

## Análise de Vantajosidade Econômica e Benefícios Indiretos

A justificação da viabilidade econômica não pode se limitar ao custo direto da licença e dos serviços. É crucial demonstrar a relação custo-benefício da contratação. A solução proposta não é uma despesa, mas um investimento que gerará benefícios e economias significativas a longo prazo. O documento já sinaliza o interesse em "racionalizar e reduzir despesas com a sua automação". Essa ideia pode ser quantificada e detalhada.

A automação de processos, a otimização de rotinas e a digitalização de documentos levarão a uma economia considerável em insumos, como papel e impressão. O ETP pode estimar a economia de recursos ao eliminar a necessidade de diários de papel, atas e outros documentos físicos. O aprimoramento do "controle da merenda escolar" é outro exemplo de benefício econômico indireto, que pode levar a uma redução de gastos por meio de uma gestão mais eficiente do estoque e da distribuição. A melhoria da produtividade dos servidores e a otimização na obtenção de informações para a gestão também representam ganhos de eficiência que impactam positivamente a economia da Administração Pública. A apresentação desses benefícios, que vão além do valor nominal

da contratação, é fundamental para que o ETP seja percebido como um documento de planejamento estratégico e não apenas como uma formalidade burocrática.

## **Conclusão**

A contratação de uma solução de software de Gestão Escolar é fundamental para a modernização e aprimoramento da educação pública no município de Itapetininga. A necessidade, amplamente descrita no documento fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, está alinhada com as diretrizes da LDB e BNCC, bem como com o princípio da eficiência da Administração Pública. A análise realizada demonstra que a contratação de uma solução proprietária por licença de uso é a alternativa mais viável, técnica e economicamente, para atender aos requisitos complexos do município.

A inclusão da análise de riscos e da metodologia de estimativa de custos no ETP transformará o documento de uma simples justificativa de compra em uma peça de planejamento robusta, capaz de resistir a questionamentos dos órgãos de controle. O presente estudo técnico preliminar formaliza e consolida a viabilidade da contratação, servindo como a base documental para a elaboração do Termo de Referência e para a condução do processo licitatório. A aquisição da solução tecnológica não apenas atenderá às necessidades operacionais imediatas, mas também promoverá uma modernização contínua e estratégica no sistema municipal de ensino de Itapetininga.